



INFORMATIVO

AGOSTO | 2025

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**SAMUEL SANTOS TERÁ MANDATO
PAUTADO PELO DIÁLOGO E RESPEITO
AOS CIDADÃOS**

PÁG. 6

**Reconhecimento merecido: Renata Abreu é
destaque nacional por atuação humanitária**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Morais, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Mayara Oliveira, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Sérgio Barba, Tikkho Maciel e Tullio Damin Da Sois.

SUMÁRIO

- 4** Samuel Santos terá mandato pautado pelo diálogo e respeito aos cidadãos
- 6** Reconhecimento merecido: Renata Abreu é destaque nacional por atuação humanitária
- 8** Dr. Victor Linhalis: Proteger as crianças é a nossa prioridade
- 10** Proposta na Câmara busca criar Fundação de Amparo à Enfermagem Brasileira
- 12** Projeto de Lei quer transformar a forma como o Brasil cuida da saúde menstrual
- 14** Mauricio Marcon integra CPMI das fraudes no Instituto Nacional de Seguro Social
- 16** Comissão aprova proposta de Tiago Dimas para maior conforto térmico nas salas de aula
- 18** Gilson Daniel é relator do projeto que isenta IPI de veículos afetados por desastres naturais
- 20** Nely Aquino propõe leis contra violência de gênero e adultização precoce
- 22** Líder Gambale propõe programa nacional de prevenção à violência contra a mulher
- 24** Defesa da Segurança Pública e de Direitos Sociais: avanços importantes
- 26** Câmara aprova projeto que exige comunicação prévia ao governo para mudanças que afetem pescadores
- 28** Ruy comemora sanção de lei histórica que proíbe testes em animais: “Vitória da ética, da ciência e da causa animal”
- 30** Sob coordenação de Bruno Ganem, Comissão Externa que debateu acidente da Voepass aprova relatório final e aponta mudanças importantes para a segurança aérea
- 32** Projeto do deputado propõe a criação do Programa Nacional de Combate à Dengue
- 34** ARTIGO - Fiscal do povo em Brasília
- 36** Projeto visa combater assédio moral e psicológico no ambiente esportivo
- 38** Ana Carolina Oliveira vem a Brasília para combater “adultização”: prioridade



“Nossa prioridade deve ser a pacificação, o respeito e a construção de soluções que garantam dignidade para todas as famílias brasileiras”

SAMUEL SANTOS TERÁ MANDATO PAUTADO PELO DIÁLOGO E RESPEITO AOS CIDADÃOS

O deputado Samuel Santos (GO) iniciou mandato na Câmara dos Deputados reafirmando o compromisso de trabalhar pela paz, união e harmonia nacional. Reconhecido por sua trajetória como cantor gospel da dupla Daniel & Samuel, Samuel leva para a política a mesma mensagem de esperança que sempre transmitiu na música.

“O Brasil precisa de paz. Nossa prioridade deve ser a pacificação, o respeito e a construção de soluções que garantam dignidade para todas as famílias brasileiras. Quero que meu mandato seja instrumento de união, não de divisão”, afirmou o deputado.

Samuel Santos defende que o Congresso tenha papel de protagonismo ao aprovar medidas que promovam

estabilidade social e fortaleçam a convivência pacífica entre os brasileiros.

“Não se trata apenas de aprovar leis, mas de cultivar um ambiente de diálogo e responsabilidade. É assim que construiremos um país mais justo, mais humano e preparado para o futuro. Esse é o propósito que trago comigo ao iniciar essa nova caminhada”, destacou.

Entre suas prioridades, o parlamentar pretende atuar na criação de políticas que reduzam desigualdades, valorizem o trabalhador e ofereçam oportunidades para todos.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Samuel Santos está dedicado a fortalecer a educação e impulsionar o crescimento da indústria, do comércio e dos serviços no Brasil.

RECONHECIMENTO MERECIDO: RENATA ABREU É DESTAQUE NACIONAL POR ATUAÇÃO HUMANITÁRIA

A deputada Renata Abreu (SP) encerra o mês de agosto em alta, com importantes avanços legislativos e o reconhecimento nacional de sua atuação parlamentar. Ela foi nomeada Brasileira do Ano no Prêmio Ordem dos Economistas do Brasil 2025, honraria concedida por sua trajetória política alinhada aos princípios do capitalismo humanista — modelo que busca conciliar crescimento econômico com justiça social.

O título chega em um momento de produtividade intensa no Congresso. Um dos principais destaques do mês foi a aprovação, na Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, do projeto de sua autoria que isenta idosos com mais de 75 anos do pagamento do Imposto de Renda e da contribuição ao INSS para aposentados que continuam trabalhando com carteira assinada (PL 5965/2023). A proposta representa alívio direto para quem mais precisa e reforça o papel do Estado no cuidado com os mais velhos.

Renata também viu avançar na Câmara o projeto que garante teletrabalho a pessoas com deficiência, sempre que a função permitir, promovendo inclusão no mercado de trabalho (PL 340/2025). A medida foi comemorada por organizações de direitos humanos e reforça o direito à acessibilidade e à autonomia profissional.

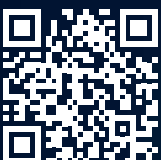
Outro tema de grande impacto social que ganhou fôlego em agosto foi o projeto que trata da regulamentação dos planos de saúde coletivos, com foco em mais previsibilidade nos reajustes e proteção ao consumidor, especialmente os aposentados (PL 1933/2024). O texto busca equilíbrio entre sustentabilidade dos contratos e o direito dos usuários.

As três pautas, diferentes em escopo, convergem no mesmo eixo: a defesa da dignidade humana com medidas práticas. O mandato de Renata Abreu tem se destacado por projetos consistentes, diálogo com a sociedade civil e forte capacidade de articulação política.

A escolha de seu nome para o prêmio da Ordem dos Economistas do Brasil não foi apenas simbólica. Reflete o reconhecimento de uma atuação que alia responsabilidade social, eficiência legislativa e visão moderna de desenvolvimento. Em tempos de polarização e descrédito político, Renata representa uma liderança comprometida com resultados e valores.

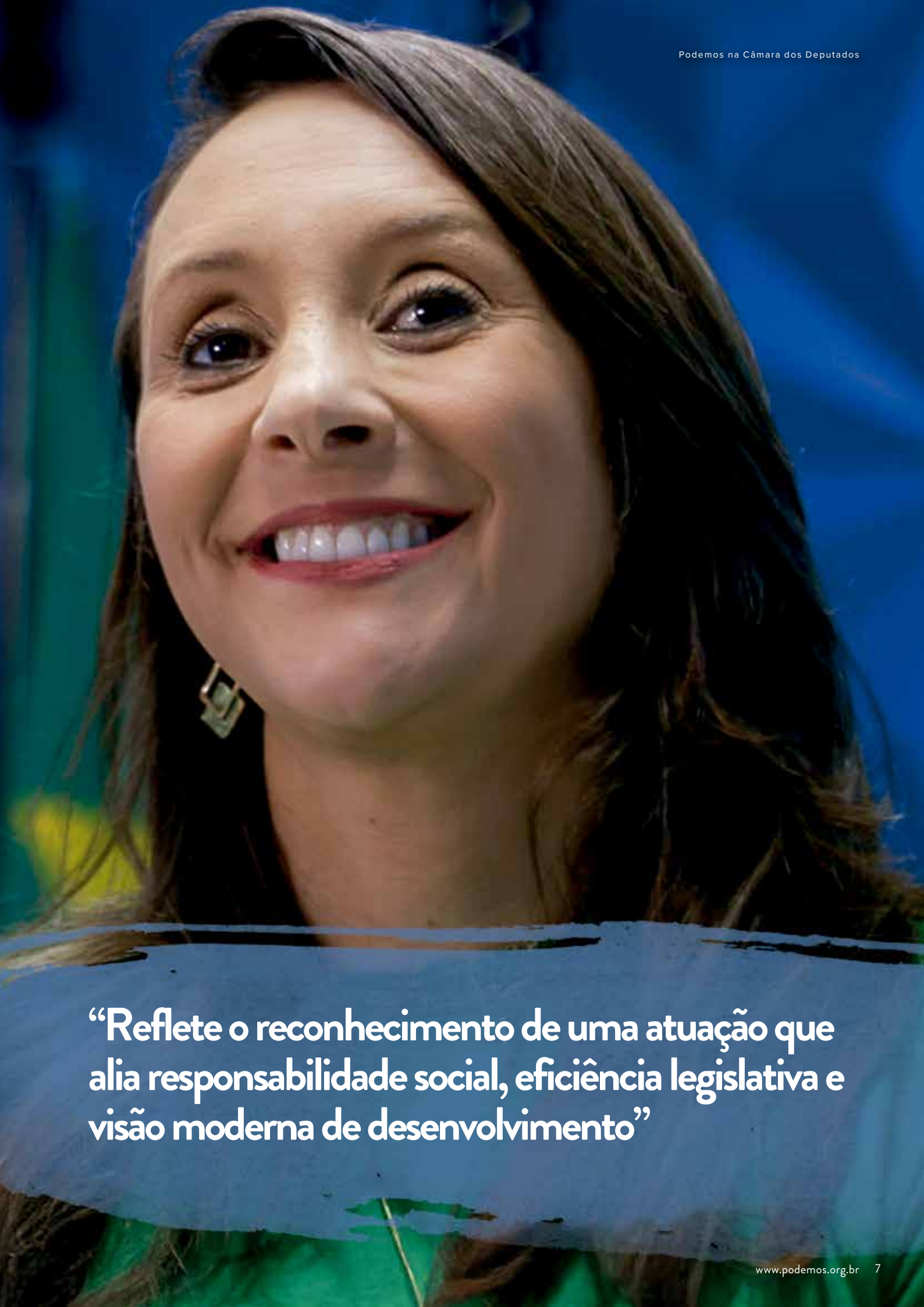
Agosto termina com conquistas expressivas — e a deputada segue firme em seu propósito: legislar com humanidade, técnica e visão de futuro.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

○ Podemos tem mais uma grande conquista no Congresso!



“Reflete o reconhecimento de uma atuação que alia responsabilidade social, eficiência legislativa e visão moderna de desenvolvimento”



“A proteção da infância exige ações concretas, não apenas discursos”

DR. VICTOR LINHALIS: PROTEGER AS CRIANÇAS É A NOSSA PRIORIDADE

Diante das recentes denúncias e repercussões na imprensa sobre a exploração da imagem de crianças e adolescentes em redes sociais com fins econômicos, o deputado Dr. Victor Linhalis (ES) reafirma seu compromisso com a proteção integral da infância.

O parlamentar tem atuado de forma firme no combate à violência e na promoção do bem-estar desse público vulnerável, especialmente diante de novas formas de exposição e violação de direitos no ambiente digital.

Desde o início de seu mandato, Linhalis tem priorizado políticas públicas que assegurem segurança, dignidade e desenvolvimento saudável para crianças e adolescentes.

Entre suas principais iniciativas está o Projeto de Lei 828/2024, que propõe a criação do Cadastro Nacional de Combate à Violência Contra Vulneráveis. O projeto está em tramitação na Câmara dos Deputados e permitirá a consulta a antecedentes de violência, contribuindo para a prevenção de novos casos e para a proteção de instituições e famílias.

Na Comissão de Segurança Pública, o parlamentar também conduziu uma audiência sobre violência sexual infantil, que contou com a apresentação do aplicativo

“Infância Segura”. Na ocasião, defendeu medidas como a desburocratização das denúncias, capacitação de educadores e o fortalecimento do diálogo familiar, como ferramentas essenciais para romper o ciclo de violência e abuso.

Preocupado ainda com os impactos do uso excessivo de telas e a crescente exposição digital precoce, Dr. Victor Linhalis é autor do Projeto de Lei 4362/2023, que determina a obrigatoriedade de alertas nas embalagens e campanhas de dispositivos eletrônicos voltados ao público infantil. A proposta se baseia em estudos da Sociedade Brasileira de Pediatria, que alertam para prejuízos no sono, na linguagem e no desenvolvimento cognitivo de crianças entre dois e oito anos.

“A proteção da infância exige ações concretas, não apenas discursos. Vivemos um momento em que a exposição digital pode significar lucro para alguns, mas danos profundos para muitas crianças. Nosso dever é garantir que elas cresçam em ambientes seguros, com saúde física, emocional e digital”, afirma Dr. Victor Linhalis.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Estamos lutando por mais efetividade na fiscalização de processos sobre violência contra crianças e adolescentes!

PROPOSTA NA CÂMARA BUSCA CRIAR FUNDAÇÃO DE AMPARO À ENFERMAGEM BRASILEIRA

Apresentado em abril de 2024, o PLP 57/2024 tem como objetivo criar uma entidade vinculada ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para fomentar o ensino, a pesquisa, e a assistência de enfermagem. A iniciativa pretende fortalecer a atuação da categoria, considerada essencial para o sistema de saúde do país.

Entre os recentes avanços da tramitação, destaca-se o parecer da relatora, deputada Enfermeira Ana Paula (CE), pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do texto. O parecer já está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Ana Paula destaca que a criação de uma fundação dedicada exclusivamente à enfermagem é um passo crucial

para a valorização e qualificação dos profissionais da área.

A expectativa é que, com a fundação, seja possível direcionar recursos e esforços para projetos que melhorem as condições de trabalho e o desenvolvimento científico da enfermagem no Brasil.


A discussão sobre a proposta envolve não apenas a comunidade de enfermagem, mas também diversos setores da saúde e da sociedade, interessados no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

A deputada Enfermeira Ana Paula está agindo no Congresso para proteger quem cuida de nós.



“A criação de uma fundação dedicada exclusivamente à enfermagem é um passo crucial para a valorização e qualificação dos profissionais da área”



“Trata-se de uma questão de dignidade e de saúde pública”

PROJETO DE LEI QUER TRANSFORMAR A FORMA COMO O BRASIL CUIDA DA SAÚDE MENSTRUAL

Em um movimento considerado inovador no campo das políticas públicas de saúde, o Projeto de Lei 2.812/2025, apresentado pelo deputado Romero Rodrigues (PB), está em análise na Câmara dos Deputados.

A proposta busca instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Ciclo Menstrual, com atenção especial para a Tensão Pré-Menstrual (TPM) e o Transtorno Disfórico Pré-Menstrual (TDPM).

A iniciativa pretende alterar a Lei 8.080/1990, que regula o SUS, para garantir que sintomas físicos, emocionais e mentais relacionados ao ciclo menstrual sejam tratados com a seriedade que merecem. A ideia é ampliar o olhar da saúde pública, indo além do atendimento clínico tradicional, para abarcar também aspectos psicológicos e sociais que impactam a vida de milhões de brasileiras.

Segundo o texto, a política será implementada em unidades de saúde públicas e também nas instituições privadas conveniadas ao SUS. Isso significa que mulheres de diferentes realidades terão acesso a recursos como medicamentos e terapias indicadas para o manejo da TPM e do TDPM, exames laboratoriais e avaliações clínicas para diagnósticos mais precisos, além de acompanhamento psicológico, individual ou em grupo.

O projeto ainda prevê capacitação contínua de profissionais de saúde, com foco na atenção primária, e ações educativas em escolas e comunidades, a fim de desestigmatizar os transtornos menstruais e ampliar o acesso à informação. Outro ponto importante é a adoção

de estratégias de telessaúde e de horários estendidos de atendimento, uma tentativa de aproximar os serviços daquelas que vivem em áreas rurais ou periféricas, onde o acesso ao cuidado é mais difícil.

A justificativa do projeto chama a atenção para a prevalência da TPM, que afeta grande parte das mulheres em idade fértil. Embora muitas enfrentem sintomas leves ou moderados, uma parcela significativa – estimada entre 3% e 8% – desenvolve o TDPM, condição mais grave e debilitante, reconhecida internacionalmente como um subtipo de transtorno depressivo. Irritabilidade intensa, depressão, ansiedade, fadiga e alterações do sono são alguns dos sintomas que comprometem a vida social, familiar e profissional das mulheres afetadas. Apesar de ser uma condição diagnosticável e tratável, o transtorno ainda é pouco identificado nos serviços de saúde, levando muitas mulheres à automedicação e à sensação de desamparo.

Ao defender o projeto, Romero Rodrigues ressalta a urgência de se ampliar a escuta qualificada nos atendimentos e combater o estigma em torno da saúde menstrual. “Trata-se de uma questão de dignidade e de saúde pública”, afirma o parlamentar. Para especialistas, a proposta pode abrir caminho para uma nova abordagem do cuidado, que valoriza não apenas o corpo biológico, mas também a saúde emocional das mulheres.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Cada vez mais perto de se tornar lei!

MAURICIO MARCON INTEGRA CPMI DAS FRAUDES NO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

O deputado Mauricio Marcon (RS) faz parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que vai investigar os descontos indevidos em benefícios do INSS praticados por associações de representação de aposentados, a partir de 2019, segundo investigações da Polícia Federal. A fraude pode ter chegado a R\$ 6,4 bilhões ao longo de seis anos.

“Entregamos à sociedade brasileira uma CPMI transparente, que não deixará os ladrões impunes”, defende.

Em discurso na Câmara dos Deputados, o parlamentar denunciou o que classificou como uma “fraude bilionária” os casos dos empréstimos consignados de aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“Esse dinheiro foi tirado dos mais humildes, tirado do pão dos mais pobres!”, afirmou Marcon, na ocasião.

Marcon é autor de um projeto que protege os aposentados de descontos indevidos, propondo a obrigatoriedade de autorização presencial em agências do INSS para qualquer

tipo de débito na conta dos beneficiários.

A proposta do parlamentar está prevista no Projeto de Lei 2073/2025.

A CPMI

A comissão é formada por 16 senadores e 16 deputados, e igual número de suplentes. O colegiado tem prazo inicial de 180 dias para apurar as fraudes no INSS.


O líder do Podemos no Senado, senador Carlos Viana (MG), irá presidir os trabalhos da CPMI INSS. Também do partido, o deputado federal Romero Rodrigues faz parte do colegiado e fortalece a luta para que os culpados sejam devidamente punidos e que novas leis surjam para impedir fraudes como essas.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Quando perguntam como funciona o Podemos, a gente responde assim! #JuntosPodemos

A man with a beard and short brown hair, wearing a dark suit, white shirt, and blue tie, is seated at a desk. He is looking off-camera to the right with a serious expression. The background is blurred, showing other people in a legislative setting. A blue semi-transparent banner is overlaid at the bottom of the image.

“Entregamos à sociedade brasileira uma CPMI transparente, que não deixará os ladrões impunes”



“A gente enfrenta uma dificuldade na infraestrutura e a climatização está diretamente relacionada ao aprendizado”

COMISSÃO APROVA PROPOSTA DE TIAGO DIMAS PARA MAIOR CONFORTO TÉRMICO NAS SALAS DE AULA

A Comissão de Educação aprovou um projeto do deputado Tiago Dimas (TO) para melhoria das condições na rede pública de ensino. O Projeto de Lei 1185/2019 institui uma política para aumentar o conforto térmico nas salas de aula e adequar a rede pública de ensino ao aumento da temperatura. É o primeiro de muitos projetos do deputado que serão aprovados nesta legislatura. Ele tomou posse após o recesso parlamentar de meio de ano.

“O projeto aborda um ponto importante que é a melhoria da infraestrutura escolar. A gente enfrenta uma dificuldade na infraestrutura e a climatização está diretamente relacionada ao aprendizado. O projeto estabelece que a gente já disponha, nos projetos das novas escolas, a climatização das salas de aula”, afirmou o deputado, após a aprovação do projeto.

Chamada de Programa de Enfrentamento à Crise e Emergência Climática nas Escolas, a política terá as seguintes diretrizes:

- a revisão da estrutura de climatização das

unidades públicas de ensino, com a instalação de aparelhos de climatização e de ar-condicionado nas salas e espaços de convivência;

- a instalação de sistemas de micro e minigeração distribuída baseadas em fontes renováveis para alimentar os aparelhos;

- a reorganização física e arquitetônica dos prédios para assegurar a implementação de técnicas de arejamento e ventilação; e

a cobertura adequada, com material e técnica de isolamento térmico e acústico.

O projeto vai ser analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Para virar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Um passo importante para nossas escolas!

GILSON DANIEL É RELATOR DO PROJETO QUE ISENTA IPI DE VEÍCULOS AFETADOS POR DESASTRES NATURAIS

Com forte atuação na luta pelo fortalecimento da defesa civil, na gestão de riscos e desastres e auxílio para vítimas de calamidades, o deputado Gilson Daniel (ES) relatou o Projeto de Lei (PL) 1.683/2024 que avança na Câmara dos Deputados e propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os veículos que tenham sofrido perda total em função de efeitos climáticos.

Para garantir o benefício, os automóveis devem ser de fabricação nacional, movidos a combustíveis de origem renovável, sistema reversível de combustão ou híbrido e elétrico e adquiridos por pessoa física.

O projeto, aprovado na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, pretende fazer justiça aos atingidos por calamidades. “Essa é uma medida muito importante, uma vez que os automóveis deixaram de ser considerados bens de luxo e se tornaram instrumentos de trabalho de milhões de brasileiros”, defendeu Gilson Daniel.

O parlamentar capixaba tem se destacado em Brasília por sua forte atuação nas pautas de gestão de

riscos e desastres, com foco em medidas de prevenção. Membro da Comissão Especial que também debate o assunto, o parlamentar integrou a comitiva que esteve recentemente no Rio Grande do Sul para avaliar e discutir com as autoridades locais as principais medidas para minimizar os efeitos das enchentes que atingiram o estado. Gilson Daniel também é vice-presidente da Frente Parlamentar da Gestão de Riscos e Desastres e Cooperação Humanitária.

“São ações como essas que dão esperança a milhares de pessoas que perderam seus patrimônios. Vou continuar atuando com firmeza para debater soluções que previnam e minimizem os impactos causados por desastres”, afirmou.


“Essa é uma medida muito importante, uma vez que os automóveis deixaram de ser considerados bens de luxo e se tornaram instrumentos de trabalho de milhões de brasileiros”, completou.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

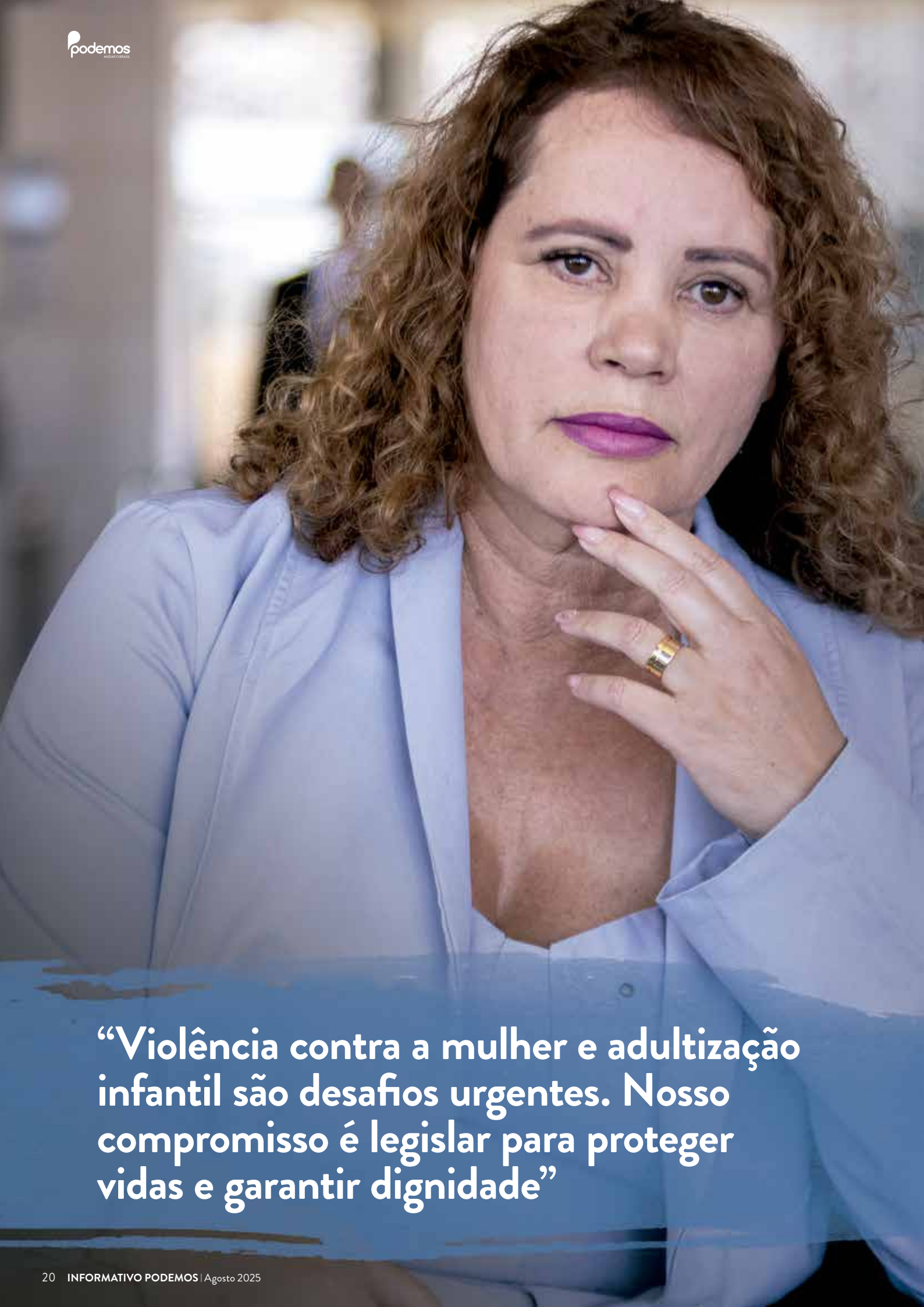


CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A proposta, apoiada pelo deputado Gilson Daniel, já passou na Comissão de Integração Nacional da Câmara. Você apoia essa ideia?



“Essa é uma medida muito importante, uma vez que os automóveis deixaram de ser considerados bens de luxo e se tornaram instrumentos de trabalho de milhões de brasileiros”



“Violência contra a mulher e adultização infantil são desafios urgentes. Nosso compromisso é legislar para proteger vidas e garantir dignidade”

NELY AQUINO PROPÕE LEIS CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ADULTIZAÇÃO PRECOCE

A retomada dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional, neste mês de agosto, trouxe a oportunidade para a deputada federal Nely Aquino (MG) reafirmar seu compromisso com a defesa de causas urgentes e inadiáveis.

Logo no início do semestre, a parlamentar apresentou dois projetos de lei que tratam de problemas sociais gravíssimos a violência contra a mulher e a adultização de crianças e adolescentes.

O primeiro deles é o Projeto de Lei 3662/2025, que altera o Código Penal para tipificar a lesão corporal contra a mulher quando motivada por gênero, ampliando a pena e reconhecendo o caráter discriminatório da agressão. A proposta busca oferecer maior proteção às vítimas e tornar a legislação mais sensível às violências praticadas contra a mulher pelo simples fato de sua condição feminina.

O segundo destaque é o Projeto de Lei 4014/2025, O projeto cria novas regras e punições

para prevenir, combater e responsabilizar quem produz, divulga ou lucra com conteúdos digitais que mostrem crianças e adolescentes de forma sexualizada ou com adultização sexual ou seja, colocando menores em poses, comportamentos ou contextos típicos da vida sexual adulta.

Segundo Nely Aquino, esses dois projetos sintetizam prioridades que devem guiar o Parlamento: “A violência de gênero e a adultização infantil não podem mais ser ignoradas. Estamos falando de proteger vidas, de defender a dignidade humana e de construir um país que garanta às mulheres, crianças e adolescentes a segurança e o respeito que merecem.”

“Violência contra a mulher e adultização infantil são desafios urgentes. Nosso compromisso é legislar para proteger vidas e garantir dignidade.”

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Boa notícia! O Senado aprovou o Selo Cidade Mulher, iniciativa nossa que agora segue para sanção presidencial.

LÍDER GAMBALE PROPÕE PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O deputado Rodrigo Gambale (SP), líder do partido na Câmara, é autor do Projeto de Lei 3.655/2025, que institui o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra a Mulher (PNVCM). O objetivo é permitir o acesso controlado e seguro a informações sobre histórico de violência doméstica e familiar de parceiros íntimos, atuais ou pretendidos, mediante critérios técnicos e legais.

Inspirado na Clare's Law, já aplicada em países como Reino Unido, Canadá e Austrália, o projeto traz duas frentes principais de atuação:

Direito de saber: a mulher poderá solicitar, com justificativa, informações sobre o histórico de violência de seu parceiro à autoridade policial. A liberação dos dados será condicionada à análise de risco feita por equipe multidisciplinar e limitada ao necessário para sua proteção.

Dever de informar: caso a polícia identifique situação de risco iminente, poderá, de ofício, alertar a mulher sobre histórico de violência do parceiro, com base em parecer técnico e respeitando o sigilo.

A proposta respeita os princípios da presunção de inocência, proteção de dados pessoais e devido processo legal, conforme estabelecido na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e na Constituição Federal.

“Não se trata de criar um banco público de antecedentes, mas de oferecer às mulheres mecanismos reais de proteção preventiva. Queremos salvar vidas com responsabilidade e segurança jurídica”, afirma o deputado Rodrigo Gambale.

O projeto também dialoga com o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios, promovido pelo Governo Federal, e reforça os princípios da Lei Maria da Penha, oferecendo às mulheres a oportunidade de interromper ciclos de violência antes que se consolidem.

O PL 3655/2025 segue agora para análise nas comissões da Câmara.


⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

Nossos filhos merecem segurança online!

O PL 537/2024, do líder do Podemos na Câmara, garante isso.

A man with dark hair, wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a blue patterned tie, is speaking into a black microphone. He is looking slightly to the left of the camera. The background is dark and out of focus.

“Não se trata de criar um banco público de antecedentes, mas de oferecer às mulheres mecanismos reais de proteção preventiva. Queremos salvar vidas com responsabilidade e segurança jurídica”



“Continuo firme na luta para que esses projetos sejam pautados, debatidos e aprovados, garantindo direitos e proteção à nossa tropa e à população”

DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DIREITOS SOCIAIS: AVANÇOS IMPORTANTES

Diante das dificuldades nas tramitações de projetos de lei, o deputado Sargento Portugal (RJ) reforça a mobilização em defesa de projetos e propostas que impactam diretamente a Segurança Pública, a inclusão social e os direitos dos cidadãos, e com seus esforços, consegue que pautas importantes avancem na agenda legislativa.

No mês de agosto, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) analisou e aprovou o parecer dele sobre o PL 624/2024, que propõe a isenção de biometria em atendimentos médicos, exames e cirurgias para idosos, garantindo maior inclusão e acesso à saúde. O PL 624/2024 também avançou, na semana seguinte, ao ser recebido para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O PL 2982/2022, de relatoria também do deputado, teve parecer aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD). Com isso, o projeto foi encaminhado à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) para publicação do parecer e, posteriormente, no dia 12/8, remetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Tal Projeto de Lei acrescenta à Lei nº 12.764/2012 a obrigatoriedade na disponibilização de carrinhos de compra adaptados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, para assegurar a acessibilidade em estabelecimentos comerciais.

Outra importante conquista foi o andamento do PL 2607/2023, de autoria do deputado Sargento Portugal, que garante aos agentes de Segurança Pública, Guardas

Municipais e agentes socioeducativos reformados por invalidez o direito a remuneração integral, correspondente ao que teriam recebido, caso continuassem em atividade. O PL obteve Parecer aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

Apesar de ter logrado êxito nos projetos citados, o deputado federal ainda enfrenta obstáculos para pautar na CCJC propostas essenciais, com projetos prontos para seguirem, como a PEC 57/2023, o PL 1175/2023 e o PL 502/2024, que tratam sobre as Polícias Municipais na Constituição Federal; sobre alteração para que as Guardas Municipais que decidam trabalhar com armas de fogo possam ser denominadas Polícias Municipais; e a criação do Estatuto da Guarda Civil Patrimonial Municipal, respectivamente.

“Continuo firme na luta para que esses projetos sejam pautados, debatidos e aprovados, garantindo direitos e proteção à nossa tropa e à população. Trabalhamos arduamente para que avancem e cheguem ao Senado, cumprindo cada etapa dessa batalha”, reforça o deputado Sargento Portugal.

E o compromisso segue sendo o mesmo: pressão com inteligência, união e foco naquilo que realmente faz a diferença para a sociedade e para os agentes de segurança pública.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO
Muitos falam de inclusão, mas quem realmente inclui?

CÂMARA APROVA PROJETO QUE EXIGE COMUNICAÇÃO PRÉVIA AO GOVERNO PARA MUDANÇAS QUE AFETEM PESCADORES

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de notificação antecipada aos pescadores sempre que o governo pretender implementar alterações que impactem seus direitos, incluindo modificações ou suspensão de benefícios vinculados ao Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

De acordo com o texto aprovado, a notificação deverá ocorrer diretamente ao profissional através do endereço eletrônico registrado no RGP ou mediante organizações representativas da classe, que ficarão encarregadas de transmitir a informação. Uma vez confirmado o recebimento da comunicação pelo pescador, a administração pública terá prazo de 120 dias para implementar a medida.

O texto corresponde ao parecer substitutivo apresentado pelo relator deputado Raimundo Costa (BA) sobre o Projeto de Lei 1315/2024.

Raimundo Costa defendeu que a iniciativa visa proporcionar estabilidade jurídica e clareza processual aos profissionais da pesca, impedindo alterações inesperadas nas normas setoriais.

“A exigência de realização de consulta pública

antes da edição de atos com impacto significativo é medida democrática e inclusiva, que evita grandes e repentinos sobressaltos na atividade e garante voz aos pescadores”, declarou o relator.

A proposta estabelece ainda que a ausência de comunicação resultará no cancelamento automático do ato administrativo. Determinadas decisões também deverão ser submetidas a consulta pública prévia, conforme critérios que serão estabelecidos pelo governo em regulamentação específica.

O RGP constitui uma base de dados governamental que concentra informações sobre pescadores profissionais ativos no território nacional, servindo como porta de entrada para diversos programas públicos destinados ao setor.

Tramitação

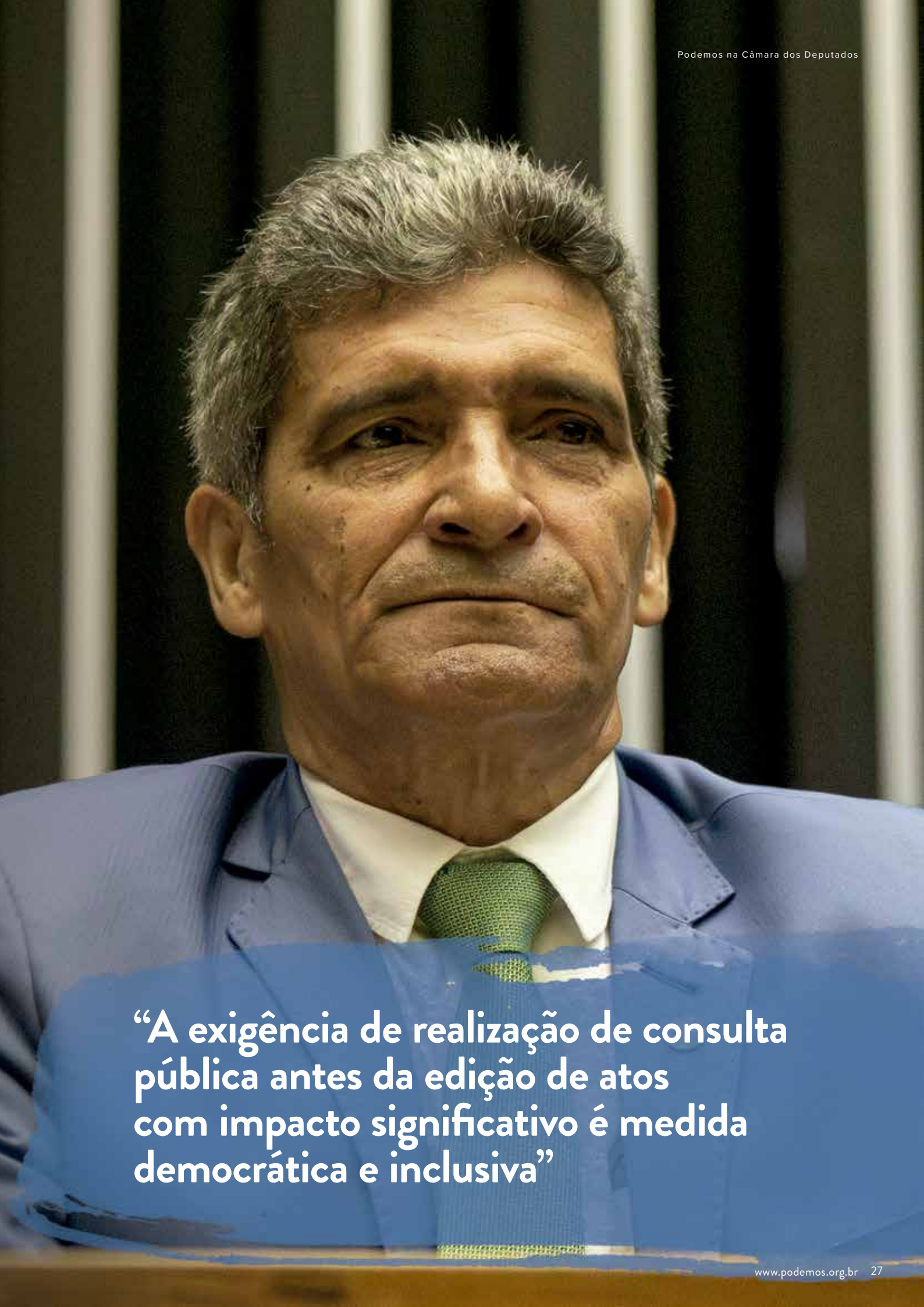
O projeto seguirá para análise conclusiva nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Para se tornar lei, a matéria necessita aprovação tanto da Câmara quanto do Senado Federal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

É hora de proteger nossos pescadores e garantir seus direitos! #JuntosPodemos



“A exigência de realização de consulta pública antes da edição de atos com impacto significativo é medida democrática e inclusiva”



“O Brasil diz não, de forma definitiva, à crueldade que mutilou e matou milhares de animais ao longo das décadas”

RUY COMEMORA SANÇÃO DE LEI HISTÓRICA QUE PROÍBE TESTES EM ANIMAIS: “VITÓRIA DA ÉTICA, DA CIÊNCIA E DA CAUSA ANIMAL”

A sanção da lei que proíbe o uso de animais em testes para cosméticos, produtos de higiene e perfumes no Brasil, realizada nesta quarta-feira (30) em Brasília, foi amplamente celebrada pelo deputado Ruy Carneiro (PB). A conquista, considerada um marco para a causa animal no país, contou com a atuação direta e incansável do parlamentar, que foi relator da proposta aprovada na Câmara dos Deputados.

“É uma vitória da ética, da ciência e do respeito à vida. O Brasil diz não, de forma definitiva, à crueldade que mutilou e matou milhares de animais ao longo das décadas. Essa é uma luta antiga, que finalmente virou realidade”, afirmou Ruy Carneiro, que participou da cerimônia de sanção ao lado do presidente da República e de outras autoridades no Palácio do Planalto.

A proposta tramitava há mais de 13 anos no Congresso Nacional e coube ao deputado Ruy articular a retomada do debate, relatar o projeto na Câmara e convencer a Mesa Diretora a colocá-lo em votação. O parlamentar também dialogou com ativistas, defensores da causa animal, representantes da indústria nacional, lideranças e colegas de diferentes partidos, explicando a

importância da aprovação para o avanço civilizatório do país.

“O Brasil se junta a mais de 40 países que já proibiram esse tipo de prática. Além de proteger os animais, a nova lei garante segurança jurídica às empresas sérias e abre portas para o mercado internacional, que não aceita produtos suspeitos de realizar testes cruéis”, destacou o deputado.

A nova legislação veta o uso de animais vertebrados em testes para cosméticos, produtos de higiene e perfumes. O avanço legislativo também proíbe a concessão de registro para itens que tenham sido desenvolvidos com base nesse tipo de experimentação. Métodos alternativos já reconhecidos por órgãos internacionais passam a ser a base para testes e validações de segurança.

A solenidade contou com a presença do o presidente Lula, ministra Marina Silva (Meio Ambiente), ministra Luciana Santos (Ciência e Tecnologia) e de parlamentares de diferentes siglas.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Aprovamos o pedido de audiência pública para ouvir o influenciador Felca e representantes de plataformas digitais.

SOB COORDENAÇÃO DE BRUNO GANEM, COMISSÃO EXTERNA QUE DEBATEU ACIDENTE DA VOEPASS APROVA RELATÓRIO FINAL E APONTA MUDANÇAS IMPORTANTES PARA A SEGURANÇA AÉREA

No mês de agosto, a Comissão Externa sobre o acidente do voo 2283 da Voepass, coordenada pelo deputado Bruno Ganem (SP), aprovou o relatório final do deputado Nelsinho Padovani (União-PR).

A sessão foi marcada por um minuto de silêncio em homenagem a 62 vítimas da queda do ATR 72-500 em Vinhedo (SP), ocorrida em 9 de agosto de 2024, maior tragédia da aviação brasileira em 17 anos.

O documento aponta atuação “no mínimo hesitante” da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na fiscalização da Voepass, registrando:

- indícios de canibalização e sucateamento de aeronaves, como a fixação improvisada do botão de degelo com palito;
- ausência de fiscalização rigorosa mesmo diante de denúncias sobre precarização trabalhista;
- eventuais falhas no cumprimento de procedimentos em condições severas de formação de gelo.

Para reforçar a segurança da aviação regional, a Comissão aprovou dois projetos de lei:

- PL 5033/24: institui comitê público-privado, coordenado pela Anac, para atendimento humanizado a vítimas de acidentes aéreos e familiares;

- PL 3892/25: estabelece regime especial de fiscalização operacional, com auditorias técnicas externas sempre que houver indícios de inconsistências.

Como coordenador, Bruno Ganem destacou a importância de dar voz às famílias e transformar a dor em ações concretas.

Além dos trabalhos na Câmara, o parlamentar participou de um ato de Homenagem ao lado de familiares, amigos e instituições que, com coragem e solidariedade, transformaram o luto em união e luta por justiça. Na ocasião, recebeu o Prêmio de Honra ao Mérito da Associação dos Familiares das Vítimas, reconhecimento que dividiu com todos que se empenham para que essas histórias jamais sejam esquecidas.

“Estive ao lado de familiares e instituições que transformaram o luto em união e luta. Receber o Prêmio de Honra ao Mérito é dedicar a eles a memória e a justiça.”


O Podemos reafirma seu compromisso com a transparência, o fortalecimento da aviação regional e o apoio irrestrito às vítimas e seus entes queridos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Um ano após a tragédia da Voepass, nossa missão está cumprida. Veja as propostas da comissão externa, presidida pelo nosso deputado Bruno Ganem.

A man with short brown hair, wearing a grey suit jacket, a light blue shirt, and a yellow patterned tie, is speaking at a podium. He is looking slightly to the left of the camera. The background is blurred, showing other people and what appears to be a formal event setting.

“Estive ao lado de familiares e instituições que transformaram o luto em união e luta. Receber o Prêmio de Honra ao Mérito é dedicar a eles a memória e a justiça.”



“Conforme dados do Ministério da Saúde, foram registrados 6.041 óbitos por dengue em 2024, enquanto as mortes em decorrência da Covid-19 totalizaram 5.960 nesse mesmo período”.

PROJETO DO DEPUTADO PROPÕE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE À DENGUE

O primeiro caso de dengue registrado no Brasil, com confirmação laboratorial e clínica, ocorreu em 1981 em Boa Vista, Roraima. Ao longo desses 45 anos, o mosquito *Aedes aegypti* continuou transmitindo essa doença em todo território nacional: a dengue clássica (com febre alta, manchas vermelhas, dor de cabeça, no corpo, nas articulações e por trás dos olhos) e a hemorrágica – que além dos sintomas da doença clássica, causa sangramentos e pode levar à morte. Conforme dados do Ministério da Saúde, foram registrados 6.041 óbitos por dengue em 2024, enquanto as mortes em decorrência da Covid-19 totalizaram 5.960 no mesmo período.

Preocupado com esses óbitos e também com a incidência da dengue, ano após ano, o deputado Luiz Carlos Haully (PR) propôs, por meio de um Projeto de Lei Complementar, a criação do Programa Nacional de Enfrentamento à Dengue-PNED, com o objetivo de fortalecer as ações permanentes de prevenção, controle e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, Chikungunya, Zika e febre amarela, com a participação representante do Ministério da Saúde, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério das Cidades, da ANVISA e ainda três membros indicados pela sociedade civil.

Conforme o projeto de Haully, o Ministério da Saúde será o coordenador desse Gabinete Nacional de Crise na Saúde Pública bem como da gestão do

PNED com as seguintes atribuições: Elaborar medidas de prevenção, controle e combate ao mosquito *Aedes aegypti*; coordenar as atividades envolvendo os setores de Saúde da União, Estados, Municípios e sociedade civil para que as ações sejam coordenadas em todo país; divulgar para a população informações educativas sobre o controle e combate do mosquito *Aedes* e as doenças, Dengue, Chikungunya, Zika e febre amarela; propor o acionamento de equipes de saúde e de vigilância sanitária, incluindo a contratação temporária de profissionais.

Para Haully, que foi prefeito de Cambé (PR) e liderou mutirões em diversas áreas, o objetivo desta lei é o de criar uma equipe multiprofissional, com atuação definida e permanente, coordenando ações de âmbito nacional, a qual será responsável por liderar uma ação voluntária coletiva, com ampla mobilização da população e da sociedade civil, para que assim possamos vencer esta batalha contra o mosquito *Aedes aegypti*. “Alguma coisa precisa ser feita com urgência, pois não podemos continuar assistindo tantas mortes que poderiam ser evitadas”, conclamou Haully.

“Conforme dados do Ministério da Saúde, foram registrados 6.041 óbitos por dengue em 2024, enquanto as mortes em decorrência da Covid-19 totalizaram 5.960 nesse mesmo período”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Chega de impunidade para crimes contra nossas crianças!

ARTIGO - RAFAEL FERA | Deputado federal (Podemos-RO)

FISCAL DO POVO EM BRASÍLIA

Irei atuar em defesa do SUS e garantir o uso correto dos recursos públicos

Chego à Câmara dos Deputados com muita disposição e coragem para lutar por melhores condições de vida para os brasileiros. Minha força e determinação vem do resultado das urnas nas eleições de 2022 - quando recebi 24.286 votos - e da Justiça Federal que confirmou meu lugar no Legislativo. Dupla confirmação, estou infinitamente preparado para o desafio.

Sei que enfrentarei enormes desafios nesta nova jornada, mas conto com a constante articulação do meu partido, o Podemos, na Câmara, com o compromisso da presidente Renata Abreu com um país melhor, e com a confiança que a população de Rondônia depositou em mim para vencer cada obstáculo.

Tenho pautado minha vida pública pela escuta dos problemas trazidos pelos cidadãos. E, a partir das queixas que ouço, busco soluções, postura que continuarei tendo em Brasília, na Câmara e junto ao Executivo. Muda o cenário, não o foco. Fiscal do povo, aqui e lá.

Trago da população do meu Estado queixas sobre o sistema de saúde, problema generalizado no país, com algumas zonas de alívio, mas com um ponto crítico no

município de Ariquemes, centro-norte de Rondônia.

Falta de equipamentos básicos, ausência de médicos, em especial pediatras, descaso com a população são características do serviço médico oferecido localmente.

Está aí uma das frentes para a qual vou me dedicar: de que forma Brasília pode contribuir para a melhoria dos atendimentos médicos nos municípios.

Valorizo e respeito o Sistema Único de Saúde (SUS) e seus profissionais, cuja excelência no atendimento é ressaltada inclusive por estrangeiros que foram atendidos aqui. Por que, então, não adotar o “padrão SUS” em toda rede pública de saúde?

E, partindo deste foco, pretendo também intensificar ações de fiscalização, a fim de garantir que os recursos públicos sejam bem aplicados. O desperdício do dinheiro público afeta a todos nós.

Vamos juntos mudar essa realidade, votando com responsabilidade e consciência. Afinal, é hora de fazer a diferença.

* Artigo publicado originalmente no site Congresso em Foco


⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Rafael Fera atua em três comissões para impulsionar o desenvolvimento do campo, fortalecer a segurança pública e garantir energia acessível e sustentável para todos.

“Irei atuar em defesa do SUS e garantir o uso correto dos recursos públicos”

A man with short dark hair, wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a dark tie, is shown in profile, speaking. He is in a legislative chamber, with other people seated at desks in the background. A blue graphic overlay is at the bottom of the image.

“Esta lei que proponho, tem o objetivo de promover um ambiente esportivo mais seguro e saudável, incentivando uma cultura de respeito e dignidade”

PROJETO VISA COMBATER ASSÉDIO MORAL E PSICOLÓGICO NO AMBIENTE ESPORTIVO

Projeto de lei do deputado Fabio Macedo (MA) estabelece medidas para a prevenção e o combate ao assédio moral e psicológico no ambiente esportivo. A proposta, em análise na Comissão de Esporte, abrange todas as modalidades e níveis, do amador ao profissional.

No texto, é considerado assédio moral e psicológico no ambiente esportivo qualquer ação, palavra ou comportamento que cause constrangimento, humilhação, discriminação ou qualquer forma de violência psicológica contra atletas, técnicos e equipes técnica e de apoio.

“Relatos de assédio moral e psicológico têm ocorrido de forma cada vez mais frequente, afetando a integridade e o bem-estar de atletas e profissionais envolvidos. Por isso, propomos que as entidades esportivas implementem políticas e programas de prevenção ao assédio”, ressalta o deputado.

Segundo ele, essas ações deverão incluir: treinamentos e campanhas de conscientização; criação de canais seguros e confidenciais para denúncias; e

procedimentos claros de investigação e sanção para casos comprovados de assédio.

Pesquisa conduzida pela ex-nadadora Joanna Maranhão, em 2022, apontou que 93% dos atletas brasileiros já sofreram assédio; 64% de assédio sexual; e 49,7% de assédio físico. “Os números evidenciam uma triste realidade no cenário esportivo no Brasil, assim como em outros países, por isso, é urgente criar uma legislação específica para combater o assédio moral e psicológico no esporte. Esta lei que proponho, tem o objetivo de promover um ambiente esportivo mais seguro e saudável, incentivando uma cultura de respeito e dignidade”, enfatiza Fabio Macedo.

O PL 3389/2025 prevê ainda a criação de um comitê de ética, com representantes de diferentes modalidades esportivas, para monitorar, avaliar e sugerir melhorias nas políticas de prevenção e combate ao assédio.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Fabio Macedo propõe que esse tipo de ofensa seja tratado como injúria qualificada, com pena maior e mais rigor na punição.

ANA CAROLINA OLIVEIRA VEM A BRASÍLIA PARA COMBATER “ADULTIZAÇÃO”: PRIORIDADE

A gravidade da “adultização” infantil na internet fez a vereadora Ana Carolina Oliveira, do Podemos, vir a Brasília na quarta-feira (20) para participar de uma comissão geral na Câmara dos Deputados, onde um dos projetos que norteia o debate é da deputada Renata Abreu (SP), que criminaliza o estupro virtual.

Ana Carolina, embaixadora do Podemos, expôs seu posicionamento na comissão geral, da qual participaram representantes da sociedade civil, e lembrou que o interesse pelo combate à sexualização de crianças e adolescentes não pode arrefecer.

“Até bem pouco tempo atrás, bem poucas pessoas falavam sobre isso. Era um silêncio que chegava a ser constrangedor. Agora que o assunto virou pauta do momento, muitos aparecem para falar, mas eu me pergunto até quando vai ser isso, quando a mídia esfriar e todas as câmeras estiverem desligadas”, questionou. “Vejo aqui muitas pessoas engajadas e eu continuarei lutando pela defesa das crianças”, completou.

A preocupação do Podemos com este tipo de situação vem desde 2023, quando Renata Abreu apresentou o Projeto de Lei (PL) 1.891/2023, que pune, com as mesmas penas aplicáveis aos crimes de estupro e estupro de vulnerável, a modalidade virtual, quando esse é praticado à distância, por meios digitais, como sites e aplicativos de internet. Esse é um dos exemplos de dedicação da deputada Renata Abreu à defesa da infância e proteção sexual.

A vereadora lembrou que tem tratado do tema, inclusive com a apresentação de uma proposta na Assembleia Legislativa, chamado “O Silêncio que Grita”, previsto no PL 351/2025, dispõe sobre diretrizes ao combate à violência infantil, dedicado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no município de São Paulo e dá outras providências. “Nossas crianças estão sendo expostas, exploradas, adultizadas, e a sociedade ainda insiste em tratar isso como muito distante da realidade que nós estamos vivendo”.

Ela lembrou que protocolou, em São Paulo, um outro projeto que proíbe a produção, a promoção e a veiculação dos conteúdos que sensualizam crianças e adolescentes. “Não somos contra as redes sociais, o que a gente precisa é da responsabilidade de grandes plataformas.

Dados – As denúncias de pornografia infantil nas redes sociais cresceram mais de 70% nos últimos anos. “Cada imagem, cada vídeo compartilhado significa uma violência que se repete com cada criança e cada adolescente. Negligenciar a infância é simplesmente comprometer o futuro de uma sociedade. Uma criança traumatizada, ansiosa, sem auto estima se torna um adulto mais vulnerável à violência, à exploração e à criminalização, lembrou a vereadora do Podemos.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA VEREADORA

A vereadora de São Paulo e embaixadora do Podemos, Ana Carolina Oliveira, representou nosso partido na Comissão Geral que debateu a ‘adultização’ no Congresso Nacional.



JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA